BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS - Janeiro-Fevereiro-Março de 2011 - ISSN 2175-9103 Nº50

Boletim Número 50
Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2011

EDITORIAL

O quinquagésimo número do Boletim do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) vem a público no primeiro trimestre de 2011, logo após a visita de Barack Obama no Brasil, motivo pelo qual iniciamos essa edição com uma avaliação de Cristina Pecequilo sobre o significado deste encontro diplomático. Ainda sobre política internacional, Frei Betto nos brinda com uma importante avaliação sobre a onda de sublevações nos países árabes, e a relação entre o apoio dos EUA a estas longínquas ditaduras que estão sendo questionadas. O autor aprofunda comparativamente sua reflexão lembrando do apoio americano as ditaduras na América Latina, questionando a "tradição" democrática desta potência.

Também nessa edição, apresentamos uma entrevista com Julian Assange, fundador do WikiLeaks, que através da sua atuação militante, em parceria com vários ativistas, vem deixando a diplomacia internacional em estado de alerta por conta da revelação de documentos e conversas confidenciais. Suas respostas nos instigam a questionar sobre a importância do direito à comunicação na atualidade. Logo após, Ester Vivas analisa os avanços e limites do Fórum Social Mundial 2011, realizado em Dakar, com a preocupação em como manter este espaço de resistência em um contexto tão profícuo de retrocessos no campo político e social.

A equipe de bolsistas-pesquisadores do PROEALC colaborou também com a edição deste número, apresentando artigos que apontam reflexões desenvolvidas em suas pesquisas. Em artigo de autoria de Maria Clara Arruda Barbosa e Rafael dos Santos o leitor poderá encontrar um mordaz questionamento sobre o tipo de solidariedade que vem sido estimulada nas trágicas enchentes que vêm ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, demonstrando a necessidade do espírito crítico para compreender os nexos causais vinculados a tantas catástrofes. Logo após, Felipe Jasbik ao escrever sobre a Usina de Belo Monte, questiona se o progresso urbano e industrial é realmente sinônimo de desenvolvimento, enfocando também a questão ambiental e as consequências da construção dessa usina para as populações tradicionais.

Também nessa edição, continuando a seção de artigos dos integrantes da equipe PROEALC, você encontrará o artigo "Direitos humanos e o governo Dilma Roussef", de Daniel de Sá e Fernanda Faustino de Souza, apresentando um panorama dos principais desafios do novo governo neste campo. E por fim, Simone Ramos nos convida, e seu texto, a refletir sobre os autos de resistência na "ocupação" policial da comunidade do Complexo do Alemão, situada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro.

Além destes artigos, o leitor de nosso Boletim ficará por dentro dos seminários, eventos científicos e livros que estão sendo lançados nesse período. Lembramos que os assuntos abordados neste número reforçam mais uma vez o compromisso do PROEALC com as questões vivenciadas pela América Latina, evidenciando o empenho em promover uma reflexão crítica sobre nossa região, no sentido de somar esforços para democratizar a democracia apenas formal que se estabeleceu por estas latitudes.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Andreia Carvalho
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Servidora Técnico-Administrativa – PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I



O antes, o durante e o depois: Barack Obama e o Brasil

A breve passagem do presidente Barack Obama pelo Brasil foi antecedida por imensa expectativa em alguns círculos, que avaliaram a viagem como um exemplo prático da mudança significativa que a política externa estaria sofrendo no início da administração de Dilma Rousseff em comparação a de seu antecessor Lula. Com base nesta avaliação equivocada, inúmeras imagens foram construídas a respeito do que Obama faria ou diria em solo nacional. Tendenciosas, estas avaliações revelavam uma preocupação extensiva em desqualificar os esforços diplomáticos anteriores. O artigo é de Cristina Soreanu Pecequilo.

Cristina Soreanu Pecequilo

A breve passagem do Presidente Barack Obama no Brasil nos dias 19 e 20 de março de 2011, em Brasília e Rio de Janeiro, foi antecedida por imensa expectativa em alguns círculos, que avaliaram a viagem como um exemplo prático da mudança significativa que a política externa estaria sofrendo no início da administração de Dilma Rousseff em comparação a de seu antecessor Lula (2003/2010). Com base nesta avaliação equivocada, inúmeras imagens foram construídas a respeito do que Obama faria ou diria em solo nacional.

Iniciando com a abolição dos vistos, passando pela conclusão de um acordo comercial bilateral ao estabelecimento de uma ampla parceria energética no campo do petróleo e biocombustíveis até a declaração formal de apoio ao pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), a agenda destes grupos era extremamente abrangente. Tendenciosas, estas avaliações revelavam uma preocupação extensiva em desqualificar os esforços diplomáticos anteriores. A utilização repetida do termo "normalização", associado na década de 1990 a uma perspectiva periférica e acrítica, passava a idéia de uma relação sustentada somente em conflitos e que estaria sendo substituída pela reintegração ao núcleo de poder norte-americano. Mais ainda, revelava o permanente desconhecimento sobre as motivações estratégicas dos EUA.

Se em 2011 o Brasil recebeu Barack Obama como uma potência global, isto se deve aos esforços internos e externos do país que o qualificaram a este status de forma autônoma. Esta situação não emerge de um relacionamento de mão única com aquele que tradicionalmente foi o maior parceiro político-econômico brasileiro no século passado, mas da busca de alternativas que permitiram solidificar uma ação internacional consistente e coerente com as necessidades do país. Com isso, as motivações estratégicas norte-americanas não derivam destes cálculos simplistas que permearam o debate sobre a política externa brasileira, mas da percepção de que o Brasil e a América do Sul são mais dois espaços nos quais os EUA perderam posições.

Assim, era preciso para os norte-americanos sinalizar que desejam preservar o Brasil em sua esfera de influência diante deste vácuo, como já o haviam feito diante da China, da Índia e da Rússia em ofensivas diplomáticas similares em contatos bilaterais prévios. E, no caso, no Brasil e na região, os EUA não perderam somente posições para a China, hoje o maior parceiro comercial brasileiro e aliado no grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), ou para a Índia, também no BRIC e no IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul), ou para a África do Sul, ou para a Rússia, ou para a cooperação Sul-Sul em geral, mas para o próprio Brasil nas Américas e no mundo.

Positivamente, em meio a estes ruídos prévios e construções ideológicas de determinados grupos que ignoravam estas questões, os sinais de Brasília mantiveram a percepção de que a visita de Barack Obama

representava o reconhecimento deste processo de consolidação político-econômica-estratégica. Tais sinais já se encontravam presentes nos encontros preparatórios entre os dois países antes da chegada de Obama, e demonstravam clareza quanto o que significava esta viagem: uma oportunidade de aprofundar e promover maior adensamento estratégico das relações bilaterais, a partir do reconhecimento norte-americano do status global de poder do Brasil.

Tendo esta realidade como ponto de partida, de que se tratava de uma viagem de reconhecimento e não de concessões norte-americanas ou subserviência brasileira, deixou-se claro que esta dinâmica bilateral não afeta as prioridades externas do Estado brasileiro em termos de agenda Sul-Sul ou Norte-Sul, demandas e projeção. Parte da iniciativa de ser lider é criar fatos novos, dimensões positivas de interdependência, ação que os emergentes e o Brasil tem feito cada vez de forma mais constante. Neste campo, assumem responsabilidades por seus próprios destinos, e de nações similares ou de menor poder relativo, em suas escalas regionais e em nível global estatal e multilateral.

À medida que na última década o Brasil não manteve sua política ou agenda econômica, atrelada aos EUA, sua importância diante deste país aumentou, da mesma forma que sua vulnerabilidade diminuiu diante das constantes oscilações da política da potência hegemônica. Em seu discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 19 de Março, Barack Obama mencionou iniciativas brasileiras como a UNASUL (União Sul-Americana de Nações) e projetos sociais direcionados às nações do sul no combate à fome e programas de saúde. Ou seja, o Brasil não era mais só o país do futuro, mas que o futuro teria chegado ao Brasil, como afirmou o Presidente dos EUA.

Fortemente, o país demonstrou não ter ilusões de que este reconhecimento traduzir-se-ia, de imediato, em uma mudança concreta da posição norte-americana em determinados temas. Nestes temas, principalmente no comércio bilateral, arena na qual o Brasil demanda maior igualdade e reciprocidade, e na reforma das organizações internacionais governamentais, principalmente no caso das Nações Unidas e seu CS, a posição brasileira foi de sustentar suas reivindicações. Por sua vez, pode-se até considerar que os EUA responderam positivamente em sua retórica, em suas demonstrações de “apreço” pelo pleito brasileiro, pela fala de Obama a empresários que igualou o país à China e Índia. A retórica, porém, não foi acompanhada pela substância da mudança ou pela sinalização de que os norte-americanos estariam dispostos a fazer concessões para engajar de forma diferente o Brasil nestas dimensões.

Acenar com parcerias para o pré-sal, ações conjuntas no campo energético é sinal do novo papel do Brasil, mas também da natureza pragmática do interesse norte-americano em petróleo, mercados em novos espaços que não surjam como tão conturbados como o Oriente Médio, apostando nas nações “amigas”. E, igualmente sendo pragmáticos, são parcerias que trazem inúmeros riscos ao Brasil, caso o país não busque preservar sua soberania nestas negociações, independente do campo. Neste sentido, o papel, por exemplo, da Comissão Brasil-Estados Unidos para Relações Econômicas Comerciais é o de encontrar pontos de consenso possível e equilibrio no setor, preservando a capacidade negociadora brasileira e sua autonomia. O mesmo raciocínio se estende às arenas da biodiversidade, dos diálogos estratégicos, da cooperação técnica e para a organização e segurança da Copa-2014 e das Olimpíadas-2016. O Brasil não pode se furtar a negociar com os EUA, mas precisa atrelar estas conversações a lograr objetivos que permitam a continuidade de seu crescimento e resolução de assimetrias internas via programas sociais.

Chegando ao mundo “real” não deixa de ser simbólico que enquanto Barack Obama acenava às “nações amigas” da América Latina, como o fez no Brasil, e o fará no Chile, com declarações “históricas” sobre as relações entre “iguais” e a consolidação da democracia, os bombardeios aéreos à Líbia atingissem elevada intensidade, depois da autorização do CSONU à operação na sexta-feira 18/03/2011. Em solo brasileiro, a intervenção foi abordada sob o signo da defesa da democracia e motivos humanitários, enquanto prolongam-se protestos e repressões similares em países aliados norte-americanos na região.

Também não deixa de ser simbólico, que nesta votação do CS, os países que se abstiveram e demonstraram preocupação com a ação, fossem os emergentes membros permanentes deste Conselho e nações pleiteantes, membros temporários eleitos: China e Rússia, somados à Brasil, Índia e Alemanha. São nestas manifestações que se desenha o novo mapa geoestratégico global e as complexas dinâmicas de poder do século XXI que motivam as viagens de Obama e suas declarações de igualdade com seus parceiros.

Porém, como se diz no Brasil, os EUA são um "pouco mais iguais" do que os outros: seu poder militar de superpotência e comando residual das organizações internacionais contrasta com uma economia estruturalmente deficiente e uma sociedade doméstica polarizada. Durante e depois de Obama, o Brasil continua sendo o mesmo de antes, consolidando sua ascensão do nível regional ao global, que busca a continuidade de seu projeto político-social-econômico e estratégico. Com os EUA, e com o mundo, dialogar não é sinônimo de concordar, mas de saber ouvir, negociar e falar em nome do interesse nacional.

(*) Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Em Foco II

O sonho de Nabucodonosor

Frei Betto

Os países ricos do Ocidente, cuja democracia se baseia no poder do dinheiro, não têm princípios, apenas interesses. Acusam Cuba de ser uma ditadura que não respeita os direitos humanos por não admitirem o caráter socialista daquela Revolução que, há mais de 50 anos, resiste às agressões do maior império econômico e bélico da história da humanidade.

No entanto, tecem loas à China. Fazem vista grossa ao regime escravocrata de mão de obra barata, onde se fabrica tudo aquilo que, no Ocidente, exigiria pagar salários mais altos, reduzindo a margem de lucro das empresas ocidentais. Inúmeros produtos em oferta em nossas lojas, embora grifadas por marcas originárias do Ocidente, são "made in China".

Para governos como o dos EUA, do Reino Unido, da França e da Alemanha, o fato de um ditador como Hosni Mubarak ocupar, por 30 anos, o poder no Egito, não tem a menor importância. Desde que sirva a seus interesses geopolíticos numa região explosiva. Vale para Mubarak o que John Foster Dulles dizia do ditador Anastácio Somoza, da Nicarágua: "É um filho da p., mas é nosso filho da p."

De olho no petróleo, os governos ocidentais sempre respaldaram os governos tirânicos do mundo árabe. Negócios, negócios, princípios à parte. Qual potência europeia rompeu com uma das tantas ditaduras militares que assolaram a América Latina nas décadas de 1960 e 1970?

O Ocidente nunca se incomodou com a ausência de eleições periódicas nos países árabes, a opressão da mulher, a perseguição aos homossexuais, o luxo nababesco dos governantes frente à miséria da grande maioria da população. Quantos ditadores africanos engordam os cofres dos bancos europeus?

Agora os EUA estão como o rei da história de Hans Christian Andersen: nu, despido de sua arrogância supostamente democrática, de sua prepotência imperial. E o pior, colocado entre a cruz e a caldeirinha: se Mubarak permanece, a Casa Branca sustenta uma ditadura e despreza o clamor do povo egípcio. Se é derrubado, há o risco de o Egito se transformar, como o Irã, numa nação islâmica, hostil a Israel e aos propósitos ocidentais.

Narra a Bíblia que o profeta Daniel (2, 31-36) foi convocado para interpretar um sonho que tanto inquietava o rei Nabucodonosor, da Babilônia: "Era uma grande estátua, alta e muito brilhante. Ela estava bem à frente de Vossa Majestade e tinha aparência impressionante. A cabeça era de ouro maciço; o peito e os braços eram de prata; a barriga e as coxas, de bronze; as canelas de ferro e os pés, parte de ferro e parte de barro. Vossa Majestade contemplava a estátua quando, sem ninguém jogar, caiu uma pedra que bateu exatamente nos pés de barro e ferro da estátua, quebrando-os. Em segundos, tudo desmoronou. Ferro, barro, bronze, prata e ouro ficaram como palha no terreiro em final de colheita, palha que o vento carrega sem deixar sinal. Depois, a pedra que tinha atingido a estátua se transformou numa enorme montanha que cobriu o mundo inteiro."

A pedra, no caso do mundo árabe, é a ânsia popular de democracia entendida como justiça social e paz. O que pensa um iraquiano vendo seu país há anos dominado por tropas ocidentais que tratam os habitantes como escória da humanidade? O que pensa um afegão vendo aviões ocidentais bombardearem aldeias, matando crianças, mulheres, idosos, sob a desculpa de se tratar de um refúgio talibã?

A pedra é a cultura religiosa, muçulmana, que grassa naqueles países, e que nada tem a ver com o suposto cristianismo do Ocidente. Em nome de Deus e de Jesus, o Ocidente subjugou, durante séculos, a África, a Ásia e a América Latina. Escravizou habitantes, extorquiu riquezas, transferiu para a Europa preciosidades arqueológicas, como a Pedra de Roseta – hoje no Museu Britânico -, fragmento de uma estela de granodiorito do Egito antigo, cujo texto foi crucial para a compreensão moderna dos hieróglifos egípcios. Sua inscrição registra um decreto promulgado em 196 a.C., na cidade de Mênfis, em nome do rei Ptolomeu V.

O pensamento islâmico não distingue a fronteira entre religião e política. Esta deve ser monitorada por aquela. E a autoridade religiosa é encarada, como ocorria no Ocidente medieval, detentora do poder político.

Para tal conjuntura, o Ocidente só conhece uma resposta: armas, guerras, ocupações, subornos e ditaduras. Porque é incapaz de empreender o diálogo interreligioso, de reconhecer o direito daqueles povos à autodeterminação, de pautar-se por princípios e não pela voracidade obsessiva do mercado por lucro.

Se o fundamentalismo islâmico incute em jovens a mística do martírio, introduzindo uma forma de terrorismo incontrolável, o fundamentalismo do mercado incute nos ocidentais a convicção de que igrejas e mesquitas devem ceder lugar aos shopping centers, templos de consumismo e miniaturização do paraíso na Terra.

Eis a pergunta que, esta semana, se repete em Dakar, no Fórum Social Mundial, e exige resposta urgente: Um outro mundo é possível?

- Frei Betto é escritor, autor de "Calendário do Poder" (Rocco), entre outros livros.

Copyright 2011 – FREI BETTO – Não é permitida a reprodução deste artigo em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do autor. Assine todos os artigos do escritor e os receberá diretamente em seu e-mail. Contato – MHPAL – Agência Literária (mhpal@terra.com.br)

Fonte: http://alainet.org/active/44312&lang=pt

Em Foco III

Entrevista com Julian Assange

Fundador do WikiLeaks fala sobre suas conquistas e desafios a internautas brasileiros

Observatório do Direito à Comunicação
01/02/2011

"Não somos uma organização exclusivamente da esquerda. Somos uma organização exclusivamente pela verdade e pela justiça". Essa é apenas uma das muitas afirmações feitas pelo fundador e publisher do WikILeaks, Julian Assange, em entrevista aos internautas brasileiros.

A entrevista será publicada por diversos blogs, entre eles: Blog do Nassif, Viomundo, Nota de Rodapé, Maria Frô, Trezentos, Fazendo Média, FAlha de S Paulo, O Escrevinhador, Blog do Guaciara, Observatório do Direito à Comunicação, Blog da Dilma, Futepoca, Elaine Tavares, Blog do Mello, Altamiro Borges, Doutor Sujeira, Blog da Cidadania, Óleo do Diabo, Escreva Lola Escreva.

Julian, que enfrenta um processo na Suécia por crimes sexuais e atualmente vive sob monitoramento em uma mansão em Norfolk, na Inglaterra, concedeu a entrevista para internautas que enviaram perguntas.

Foram selecionadas doze perguntas dentre as cerca de 350– e não foi fácil. Foram privilegiadas perguntas muito repetidas, perguntas originais e aquelas que não querem calar. Infelizmente, nem todos foram contemplados.

No final, os brasileiros não deram mole para o criador do WikiLeaks. Julian teve tempo de responder por escrito e aprofundar algumas questões.

O resultado é uma entrevista saborosa na qual ele explica por que trabalha com a grande mídia – sem deixar de criticá-la -, diz que gostaria de vir ao Brasil e sentencia: distribuir informação é distribuir poder.

Em tempo: se virasse filme de Hollywood, o editor do WikiLeaks diz que gostaria de ser interpretado por Will Smith.

Vários internautas - O WikiLeaks tem trabalhado com veículos da grande mídia – aqui no Brasil, Folha e Globo, vistos por muita gente como tendo uma linha política de direita. Mas além da concentração da comunicação, muitas vezes a grande mídia tem interesses próprios. Não é um contra-senso trabalhar com eles se o objetivo é democratizar a informação? Por que não trabalhar com blogs e mídias alternativas?

Julian Assange - Por conta de restrições de recursos ainda não temos condições de avaliar o trabalho de milhares de indivíduos de uma vez. Em vez disso, trabalhamos com grupos de jornalistas ou de pesquisadores de direitos humanos que têm uma audiência significativa. Muitas vezes isso inclui veículos de mídia estabelecidos; mas também trabalhamos com alguns jornalistas individuais, veículos alternativos e organizações de ativistas, conforme a situação demanda e os recursos permitem.

Uma das funções primordiais da imprensa é obrigar os governos a prestar contas sobre o que fazem. No caso do Brasil, que tem um governo de esquerda, nós sentimos que era preciso um jornal de centro-direita para um

melhor escrutínio dos governantes. Em outros países, usamos a equação inversa. O ideal seria podermos trabalhar com um veículo governista e um de oposição.

Marcelo Salles – Na sua opinião, o que é mais perigoso para a democracia: a manipulação de informações por governos ou a manipulação de informações por oligopólios de mídia?

A manipulação das informações pela mídia é mais perigosa, porque quando um governo as manipula em detrimento do público e a mídia é forte, essa manipulação não se segura por muito tempo. Quando a própria mídia se afasta do seu papel crítico, não somente os governos deixam de prestar contas como os interesses ou afiliações perniciosas da mídia e de seus donos permitem abusos por parte dos governos. O exemplo mais claro disso foi a Guerra do Iraque em 2003, alavancada pela grande mídia dos Estados Unidos.

Eduardo dos Anjos - Tenho acompanhado os vazamentos publicados pela sua ONG e até agora não encontrei nada que fosse relevante, me parece que é muito barulho por nada. Por que tanta gente ao mesmo tempo resolveu confiar em você? E por que devemos confiar em você?

O WikiLeaks tem uma história de quatro anos publicando documentos. Nesse período, até onde sabemos, nunca atestamos ser verdadeiro um documento falso. Além disso, nenhuma organização jamais nos acusou disso. Temos um histórico ilibado na distinção entre documentos verdadeiros e falsos, mas nós somos, é claro, apenas humanos e podemos um dia cometer um erro. No entanto até o momento temos o melhor histórico do mercado e queremos trabalhar duro para manter essa boa reputação.

Diferente de outras organizações de mídia que não têm padrões claros sobre o que vão aceitar e o que vão rejeitar, o WikiLeaks tem uma definição clara que permite às nossas fontes saber com segurança se vamos ou não publicar o seu material.

Aceitamos vazamentos de relevância diplomática, ética ou histórica, que sejam documentos oficiais classificados ou documentos suprimidos por alguma ordem judicial.

Vários internautas - Que tipo de mudança concreta pode acontecer como consequência do fenômeno Wikileaks nas práticas governamentais e empresariais? Pode haver uma mudança na relação de poder entre essas esferas e o público?

James Madison, que elaborou a Constituição americana, dizia que o conhecimento sempre irá governar sobre a ignorância. Então as pessoas que pretendem ser mestras de si mesmas têm de ter o poder que o conhecimento traz. Essa filosofia de Madison, que combina a esfera do conhecimento com a esfera da distribuição do poder, mostra as mudanças que acontecem quando o conhecimento é democratizado.

Os Estados e as megacorporações mantêm seu poder sobre o pensamento individual ao negar informação aos indivíduos. É esse vácuo de conhecimento que delineia quem são os mais poderosos dentro de um governo e quem são os mais poderosos dentro de uma corporação.

Assim, o livre fluxo de conhecimento de grupos poderosos para grupos ou indivíduos menos poderosos é também um fluxo de poder, e portanto uma força equalizadora e democratizante na sociedade.

Marcelo Träsel - Após o Cablegate, o Wikileaks ganhou muito poder. Declarações suas sobre futuros vazamentos já influenciaram a bolsa de valores e provavelmente influenciam a política dos países citados

nesses alertas. Ao se tornar ele mesmo um poder, o Wikileaks não deveria criar mecanismos de auto-vigilância e auto-responsabilização frente à opinião pública mundial?

O WikiLeaks é uma das organizações globais mais responsáveis que existem.

Prestamos muito mais contas ao público do que governos nacionais, porque todo fruto do nosso trabalho é público. Somos uma organização essencialmente pública; não fazemos nada que não contribua para levar informação às pessoas.

O WikiLeaks é financiado pelo público, semana a semana, e assim eles “votam” com as suas carteiras.

Além disso, as fontes entregam documentos porque acreditam que nós vamos protegê-las e também vamos conseguir o maior impacto possível. Se em algum momento acharem que isso não é verdade, ou que estamos agindo de maneira antiética, as colaborações vão cessar.

O WikiLeaks é apoiado e defendido por milhares de pessoas generosas que oferecem voluntariamente o seu tempo, suas habilidades e seus recursos em nossa defesa. Dessa maneira elas também “votam” por nós todos os dias.

Daniel Ikenaga - Como você define o que deve ser um dado sigiloso?

Nós sempre ouvimos essa pergunta. Mas é melhor reformular da seguinte maneira: "quem deve ser obrigado por um Estado a esconder certo tipo de informação do resto da população?"

A resposta é clara: nem todo mundo no mundo e nem todas as pessoas em uma determinada posição. Assim, o seu medico deve ser responsável por manter a confidencialidade sobre seus dados na maioria das circunstâncias - mas não em todas.

Vários internautas - Em declarações ao Estado de São Paulo, você disse que pretendia usar o Brasil como uma das bases de atuação do WikiLeaks. Quais os planos futuros? Se o governo brasileiro te oferecesse asilo político, você aceitaria?

Eu ficaria, é claro, lisonjeado se o Brasil oferecesse ao meu pessoal e a mim asilo político. Nós temos grande apoio do público brasileiro. Com base nisso e na característica independente do Brasil em relação a outros países, decidimos expandir nossa presença no país. Infelizmente eu, no momento, estou sob prisão domiciliar no inverno frio de Norfolk, na Inglaterra, e não posso me mudar para o belo e quente Brasil.

Vários internautas - Você teme pela sua vida? Há algum mecanismo de proteção especial para você? Caso venha a ser assassinado, o que vai acontecer com o WikiLeaks?

Nós estamos determinados a continuar a despeito das muitas ameaças que sofremos. Acreditamos profundamente na nossa missão e não nos intimidamos nem vamos nos intimidar pelas forças que estão contra nós.

Minha maior proteção é a ineficácia das ações contra mim. Por exemplo, quando eu estava recentemente na prisão por cerca de dez dias, as publicações de documentos continuaram.

Além disso, nós também distribuímos cópias do material que ainda não foi publicado por todo o mundo, então não é possível impedir as futuras publicações do WikiLeaks atacando o nosso pessoal.

Helena Vieira - Na sua opinião, qual a principal revelação do Cablegate? A sua visão de mundo, suas opiniões sobre nossa atual realidade mudou com as informações a que você teve acesso?

O Cablegate cobre quase todos os maiores acontecimentos, públicos e privados, de todos os países do mundo – então há muitas revelações importantíssimas, dependendo de onde você vive. A maioria dessas revelações ainda está por vir.

Mas, se eu tiver que escolher um só telegrama, entre os poucos que eu li até agora - tendo em mente que são 250 mil - seria aquele que pede aos diplomatas americanos obter senhas, DNAs, números de cartões de crédito e números dos vôos de funcionários de diversas organizações – entre elas a ONU.

Esse telegrama mostra uma ordem da CIA e da Agência de Segurança Nacional aos diplomatas americanos, revelando uma zona sombria no vasto aparato secreto de obtenção de inteligência pelos EUA.

Tarcísio Mender e Maiko Rafael Spiess - Apesar de o WikiLeaks ter abalado as relações internacionais, o que acha da Time ter eleito Mark Zuckerberg o homem do ano? Não seria um paradoxo, você ser o “criminoso do ano”, enquanto Mark Zuckerberg é aplaudido e laureado?

A revista Time pode, claro, dar esse título a quem ela quiser. Mas para mim foi mais importante o fato de que o público votou em mim numa proporção vinte vezes maior do que no candidato escolhido pelo editor da Time. Eu ganhei o voto das pessoas, e não o voto das empresas de mídia multinacionais. Isso me parece correto.

Também gostei do que disse (o programa humorístico da TV americana) Saturday Night Live sobre a situação: "Eu te dou informações privadas sobre corporações de graça e sou um vilão. Mark Zuckerberg dá as suas informações privadas para corporações por dinheiro – e ele é o 'Homem do Ano’."

Nos bastidores, claro, as coisas foram mais interessantes, com a facção pró- Assange dentro da revista Time sendo apaziguada por uma capa bastante impressionante na edição de 13 de dezembro, o que abriu o caminho para a escolha conservadora de Zuckerberg algumas semanas depois.

Vinícius Juberte - Você se considera um homem de esquerda?

Eu vejo que há pessoas boas nos dois lados da política e definitivamente há pessoas más nos dois lados. Eu costumo procurar as pessoas boas e trabalhar por uma causa comum.

Agora, independente da tendência política, vejo que os políticos que deveriam controlar as agências de segurança e serviços secretos acabam, depois de eleitos, sendo gradualmente capturados e se tornando obedientes a eles.

Enquanto houver desequilíbrio de poder entre as pessoas e os governantes, nós estaremos do lado das pessoas.

Isso é geralmente associado com a retórica da esquerda, o que dá margem à visão de que somos uma organização exclusivamente de esquerda. Não é correto. Somos uma organização exclusivamente pela verdade e justiça – e isso se encontra em muitos lugares e tendências.

Ariely Barata - Hollywood divulgou que fará um filme sobre sua trajetória. Qual sua opinião sobre isso?

Hollywood pode produzir muitos filmes sobre o WikiLeaks, já que quase uma dúzia de livros está para ser publicada. Eu não estou envolvido em nenhuma produção de filme no momento.

Mas se nós vendermos os direitos de produção, eu vou exigir que meu papel seja feito pelo Will Smith. O nosso porta-voz, Kristinn Hrafnsson, seria interpretado por Samuel L Jackson, e a minha bela assistente por Halle Berry. E o filme poderia se chamar "WikiLeaks Filme Noire".* *Dr. Atilio A. Boron, director del Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales (PLED), Buenos Aires, Argentina www.centrocultural.coop/pled - http://www.atilioboron.com.*

Fonte: http://www.brasildefato.com.br/node/5568

Em Foco IV

O FSM depois de Dakar: entre a necessidade e a realidade

Esther Vivas*

O Fórum Social Mundial 2011, realizado em Dakar, apresentou uma debilidade política importante. Apesar de as revoltas sociais na Tunísia e no Egito terem uma presença transversal e estarem muito presentes no cotidiano dos ativistas que estavam na expectativa sobre a queda de Mubarak, estes processos revolucionários no norte da África não tiveram uma centralidade política à altura do que significam tanto para o continente como em nível mundial. As lições do levante do povo tunisiano e do povo egípcio deveriam ter sido o leitmotiv deste Fórum Social Mundial. O artigo é de Esther Vivas.

O Fórum Social Mundial (FSM) concluiu sua última edição em Dakar (Senegal). Cerca de 75 mil pessoas - um número muito importante – ligadas a organizações e movimentos sociais de todo o planeta participaram, de 6 a 11 de fevereiro, de um processo/evento que se afirma imprescindível no marco da atual crise sistêmica, como espaço de encontro e de articulação de redes, mas que mostra também seus limites e debilidades.

A presente edição do FSM foi realizado em um contexto inegável de aprofundamento da crise de caráter estrutural, depois da última edição ter sido realizada em Belém (Brasil), em janeiro de 2009, meses depois do estouro da mesma. A atual conjuntura põe sobre a mesa a urgência de espaços que permitam a coordenação de lutas, avançar em estratégias de ação em escala global e que visualizem que outro mundo é tão necessário quanto possível.

O Fórum Social Mundial cumpriu com o objetivo de se mostrar como uma vitrina, uma praça, das alternativas, um ponto de encontro de uma grande diversidade política e temática de coletivos, majoritariamente africanos e muitos europeus. A presença da América Latina e da Ásia, logicamente, foi mais débil. E ofereceu um espaço indispensável para a urgente organização das resistências coletivas que tiveram sua máxima visualização nas quase quarenta assembleias de convergências de grupos, redes e coletivos realizadas e, sobretudo, na multitudinária Assembleia dos Movimentos Sociais, com mais de 3 mil participantes, e que se converteu em uma das atividades centrais e mais visíveis do Fórum.

Uma Assembleia que refirmou seu compromisso com o combate contra o capitalismo e que aprovou um calendário de mobilização com as datas centrais de 20 de março, quando será realizada uma jornada internacional de solidariedade com as revoluções no mundo árabe, e 12 de outubro, como dia de ação global contra o capitalismo. Além disso, a geração de espaços de trabalho e confluência antes e durante o FSM permitiram também o encontro, o debate e a coordenação de redes e organizações.

Em Dakar vimos desde grandes conferências do movimento altermundista até pequenas oficiais e lutas anônimas, todas elas imprescindíveis neste complexo combate por “outro mundo possível”. As pequenas manifestações e propostas improvisadas que percorreram o campus da Universidade Cheikh Antha Diop, onde ocorreu o evento, expressaram a necessidade de vincular ação e reflexão. A chamada “aldeia dos movimentos sociais”, com tendas de mulheres, camponeses, produtores, imigrantes, etc., foi um dos espaços que melhor funcionaram com atividades, restaurantes populares e serviços “non stop”.

O FSM em Dakar foi também um passo adiante muito importante em relação à última edição do Fórum Social Mundial na África, em Nairobi, em janeiro de 2007. Se aquela, podemos afirmar, foi a edição mais controversa do FSM com entradas a um preço inacessível para a população local, patrocínio de multinacionais, etc., a edição senegalesa não repetiu tais erros e o perfil geral do Fórum foi combativo.

O processo de construção do FSM Dakar contou com o trabalho e o esforço que algumas redes, como o CADTM África, entre outras, realizaram para mobilizar coletivos sociais de base da África Ocidental e da capital senegalesa. Neste sentido, foi organizada uma caravana, nos dias prévios ao evento, que percorreu vários países da região, divulgando o processo e agregando novos participantes ao evento, dinamizando atividades ligadas
ao FSM como concertos e outras atrações, nos bairros periféricos e mais pobres de Dakar.

O Fórum Social Africano, por sua parte, a versão regional do Fórum Social Mundial e um ator importante em sua organização, conta com uma sobre representação de ONGs do continente em detrimento de redes e movimentos sociais, muito fracos na região, o que explicaria, em parte, que estes tivessem uma menor presença em Dakar.

Uma situação que se repete no Conselho Internacional, organismo de direção do FSM, com um desequilíbrio importante entre ONGs e redes sociais, que nos últimos anos têm diminuído seu perfil e presença no Conselho e, consequentemente, sua influência. Se considerarmos que o Fórum Social Mundial será útil desde que sirva aos interesses destes movimentos e aos processos de transformação sócio-políticos, sua perda de influência deveria ser um elemento a se levar em conta.

Em nível organizativo, a presente edição mostrou debilidades importantes. Começando pelo caos organizativo vivenciado no primeiro dia do FSM, quando as atividades previstas não traziam as salas assinaladas e se desconhecia onde se organizavam as mesmas, problema que prosseguiu, ainda que em menor escala, durante todo o evento. Outro problema foi a falta de um programa facilmente acessível com as atividades diárias. Outro ainda foi o preço da comida, muito superior ao praticado localmente, o que despertou fortes críticas, sobretudo entre os participantes africanos.

Segundo explicaram os organizadores, o caos inicial se deveu ao fato de que o governo substituiu o reitor com quem tinham sido estabelecidos os acordos de cessão de salas de aulas e o novo dirigente não reconheceu os mesmos, não deixou espaços livres nem suspendeu as aulas, conforme havia sido acordado. Em consequência, os organizadores que tinham atividades previstas tiveram que alugar novos espaços na cidade ou ocupar tendas ou salas vazias na universidade.

Desde modo, o FSM foi realizado em uma universidade repleta de estudantes que incialmente olhavam com receio aos altermundistas que ocupavam seu recinto, já que ninguém havia lhes informado do encontro. Depois vários destes mesmos estudantes acabaram se somando ao Fórum e inclusive alguns, como o chamado movimento de estudantes “não orientados”, segregados por suas origens humildes e que lutam pelo acesso a uma universidade teoricamente pública, mas na prática não acessível a todo mundo, se somaram ao evento com seu protesto.

No plano político, é necessário assinalar o boicote sistemático às atividades do povo saharaui realizado por uma parte da delegação marroquina, financiada diretamente pelo governo do Marrocos, e integrada, como denunciaram membros do CADTM e do ATTAC Marrocos, por pessoas que não tinham nada a ver com coletivos e movimentos sociais. Agressões, insultos e boicote aos seminários e intervenções dos participantes saharauis foram a estratégia adotada. Vários participantes do FSM denunciaram os fatos e organizaram uma manifestação improvisada no campus da universidade, onde participaram vários membros do CADTM e do ATTAC Marrocos que denunciaram a má imagem que estas práticas estavam dando aqueles participantes e organizações sociais marroquinas que nada tinham a ver com estes fatos. Frente a esses acontecimentos, um posicionamento enérgico do Comitê Organizador do FSM seria mais do que necessário.

Outra debilidade política a assinalar foi que, apesar de as revoltas sociais na Tunísia e no Egito terem uma presença transversal e estarem muito presentes no cotidiano dos ativistas que estavam na expectativa sobre a queda de Mubarak, estes processos revolucionários no norte da África não tiveram uma centralidade política à altura do que significam tanto para o continente como em nível mundial. As lições do levante do povo tunisiano e do povo egípcio deveriam ter sido o leitmotiv deste Fórum Social Mundial.

Mas, em geral, os limites do FSM são também os limites do período, de dificuldade para transcender os núcleos ativistas e chegar a novos atores sociais. O Fórum passou praticamente em branco pela cidade de Dakar.

Em nível internacional, a falta de uma dinâmica de mobilização que que faça o movimento andar para a frente é uma das grandes debilidades que enfrenta o processo do FSM ao apresentar-se como um espaço de referência, plural e diverso, em contexto no qual não ocorrem protestos importantes coordenados em escala global. Com o que, a falta de pressão vinda das bases, da ação, poderia empurrar o Fórum para posições mais institucionais. O FSM já não tem a centralidade que teve em seu início, na fase do ascenso do movimento altermundista, ainda que sua importância seja importante como um marco geral de trabalho e encontro, sempre e quando se mantenha em sintonia com as lutas sociais.

Outros debates e contradições desafiam o Fórum Social Mundial: como integrar e/ou visualizar os processos de resistência em escala global com um encontro das características do FSM? Como manter este espaço como uma referência útil para a transformação política e social em um contexto carente de vitórias concretas? O viés entre necessidade e realidade é ainda muito grande.

O Fórum Social Mundial se situa em um frágil equilíbrio entre o global e o local, entre ONGs e movimentos sociais, entre institucionalização e autogestão, etc. Trata-se de uma tensão constante. Nairobi, em 2007, nos mostrou a pior cara do FSM; Mumbai, em 2004, uma das melhores. A chave é não esquecer a quem e para que serve o Fórum Social Mundial: um contraponto que deveria ser incompatível com o capitalismo global.

**** Participante do Fórum Social Mundial 2011, em Dakar.***
Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17442

Espaço Aberto I

Rio, tragédia na Serra
O consenso no vazio e o passado que retorna

Por Maria Clara Arruda e Rafael Oliveira, em 25/1/2011*

"Eu não sei quase nada, mas desconfio de muita coisa." (Grande sertão: veredas)

O momento é de dor, as imagens são assustadoras e o número de vítimas nos tira o sono, entristece. Entretanto, o que mais nos perturba é lembrar que esta não é a primeira e tampouco será a última catástrofe que assola o Rio de Janeiro.

Mais do que chuva, dos céus, na região serrana do estado, o que caiu sobre as vítimas desta tragédia foi o fardo histórico de uma sociedade que década a década, geração a geração, continua a optar por um modelo de organização societária baseado na primazia da propriedade privada frente à totalidade dos interesses e imperativos que compõe o social. O importante é que não se perca de vista que esta tragédia é fundamentalmente resultado das formas de produção e reprodução às quais os homens estão submetidos a partir da lógica do capital. Havendo, portanto, toda uma cadeia causal onde se pode alcançar a base histórica e material, por assim dizer, destes acontecimentos que, por sua vez, não são oriundas do reino da natureza ou da casualidade.

Durante o ano de 2010, os cidadãos do estado mundialmente conhecido por suas belezas naturais, do bem-viver e da determinação inabalável de seu povo, imaginavam já terem testemunhado o que de mais perverso e petrificador poderia ocorrer na sinistra equação "chuvas/moradias em encostas". O mal parido 2010 trouxe

consigo o óbito de cerca de 50 pessoas que celebravam a virada do ano em Angra dos Reis – todas estas vidas consumidas por desmoronamentos de terra, ocorridos em regiões de moradia em encostas – classificadas pelo Estado como "moradias irregulares" e cuja culpabilidade da desgraça repousaria, portanto, nos próprios desgraçados.

Uma "questão de consciência"

Mais ainda, passados poucos meses do infeliz episódio em Angra dos Reis, na região metropolitana do Rio de Janeiro foram registradas cerca de 257 mortes após chuvas intensas no mês de abril. O saldo mais desolador destes acontecimentos, talvez, sejam aqueles alocados na cidade de Niterói – especificamente no Morro do Bumba, onde 47 pessoas morreram e mais de 3 mil ficaram desabrigadas. Apesar do intenso acompanhamento midiático (ou será espetacularização?), passados nove meses da tragédia não houve qualquer política habitacional direcionada a estes cidadãos. Segundo o presidente da Associação de Vítimas do Bumba, Francisco Carlos Ferreira de Souza, aproximadamente 800 famílias ainda esperam receber o aluguel-social e apenas 93 foram beneficiadas com casas do programa "Minha Casa, Minha Vida". Sem alternativa e à mercê do descaso do Estado, muitas pessoas permanecem morando no Bumba.

Um capítulo à parte, vale destacar, é o papel que os meios de comunicação exercem na não politização deste cataclisma social substancialmente baseado numa perspectiva a-histórica do mesmo. Haja vista que, a cobertura feita pela grande mídia é pautada em uma abordagem maçante, sensacionalista e superficial. A dramatização dos acontecimentos da realidade fornecem a base necessária para a não apreensão histórica destes e consequentemente para a sua alienação. Às crônicas em meio a fundos musicais, edificadas e pensadas como o capítulo de uma novela, reduzem o sofrimento alheio e se diluem no emaranhado do senso comum marcado à ferro e fogo pelo próximo reality show a ser televisionado – já que, como se sabe, esmaecida, a memória se torna uma ilha de edição.

Temos ouvido de muitos companheiros (e de nem tão companheiros assim), que "não é hora de fazer política" e sim de "ajudar", ficamos nos perguntando como seria possível sanar a dor das centenas de vítimas e evitar que tantas outras padeçam, sem a implementação de políticas públicas? A não politização das tragédias recentes na região serrana do Rio de Janeiro foi preenchida por um senso de solidariedade que reduz o problema dos desabrigados e mortos da chuva a uma "questão de consciência". Muito embora nossa atitude mental e disposição humanitária faça parte da construção de soluções para os problemas das vítimas, não se pode crer que a superação deste trauma seja sanada sem a presença do Estado, munido daquilo que o justifica e legitima: o sentido do público.

A indignação de quem não se resigna

A opção histórica pela eternização do passado, pela conservação do inviável, vitimizou a população da região serrana assim como vitimiza diariamente aqueles que nos grandes centros urbanos fazem suas habitações em encostas dos morros. Uma vez que a grande causa histórica que materializa estas tragédias é a inexistência de uma reforma agrária bem como de um amplo plano de habitação – que por sua vez exigiria tanto a reforma agrária como a reorganização espacial do perímetro urbano.

A especulação imobiliária assim como o latifúndio representam até onde vai o compromisso burguês com as bandeiras democráticas – rasgadas pelos imperativos do capital, expressão histórica do modo produção burguês. A moradia é um direito até onde este direito não macule o direito à propriedade privada – traço distintivo da sociedade burguesa. Isto posto não nos causa espanto que, por exemplo, a regulação dos preços de suprimentos e mantimentos considerados como de primeira necessidade por parte deste status quo que ai

está não seja realizada pelo poder publico – pois como já se sabe o preço de 20 litros de água chegou ao surreal valor de 40 reais, em meio à catástrofe na região serrana.

Comungando com o que conclama Bertoltd Brecht "Nós vos pedimos com insistência: nunca digam `Isto é natural!´ diante dos acontecimentos de cada dia." Contudo, que o espanto e a não naturalização seja o da indignação daquele que não se resigna, como defendido por Darcy Ribeiro, e não o espanto do incapaz de lembrar.

Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=626FDS013

Espaço Aberto II

"Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos."

Reflexões sobre a "insustentável leveza do progresso" e um outro Belo Monte.

Felipe Jasbick Tonack*

Depois de tanta polêmica, foi enfim concedida a "licença prévia" para a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu.

Uma discussão que perdura há mais de 20 anos, a construção da usina, considerada a "menina dos olhos" do PAC (Programa de Aceleração do Desenvolvimento) promovido pelo governo federal, finalmente parece estar virando realidade.

A justificativa de sua construção sustenta-se na necessidade do ampliação da produção de energia elétrica com vistas ao desenvolvimento econômico do país.

A preocupação com a energia elétrica é um ponto que vem tomando força na pauta do governo federal, principalmente após as crises dos "apagões" ocorridos à época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na arena da polêmica identificamos atores bem distintos: governo, empreendedores e comunidades tradicionais. De um lado, o governo que as pressas anseia pela liberação da concessão da obra e o setor privado que se beneficiará do projeto e de outro as comunidade tradicionais (indígenas e camponesas) habitantes da região que não desejam sua instalação.

Louvam-se os muitos benefícios que poderão ser gerados pela construção da usina, não somente o aumento da capacidade de produção do país como os benefícios sociais que deverão acompanhar a obra, desde o desenvolvimento urbano, a promoção da saúde e a geração de empregos. Mas, de que benefícios e desenvolvimento está se falando? Para quem?

Um forte argumento que se coloca a favor da instalação da usina é a ausência de desenvolvimento social na região, como saneamento, sistema de saúde, educação e oportunidades de trabalho.

Em que pese os quase 19.000 empregos que supostamente serão gerados pela usina, evidentemente estes não serão destinados a população que vive as margens do rio Xingu, constituída principalmente de agricultores e indígenas. Certamente seria necessário mão de obra qualificada para ocupação de tais empregos.

É necessário antes pontuar que progresso urbano não é sinônimo de desenvolvimento. É só voltarmos nossos olhos para algo que nos é bem conhecido: o Estado do Rio de Janeiro. Cidades como a de Macaé, que assistiu a um repentino desenvolvimento econômico com a bacia de petróleo recém descoberta na região, passou a sofrer com alarmantes índices de pobreza e criminalidade em poucos anos. Isso explica o fato de o progresso econômico nem sempre observar a desigualdade social. Mesmo a cidade do Rio de Janeiro, apesar de concentrar grande parte dos recursos econômicos do país, sofre, ainda hoje, com problemas de saneamento, sistema de saúde precários, alto índice de violência, além de ter o pior índice educacional

nacional. E as soluções políticas são eminentemente paliativas: construção de um sistema de saúde fragmentado incapaz de dar conta das demandas populares e de modelos de segurança publica que se ocupa apenas de “sitiar” a pobreza.

Ora, um governo que gasta em torno de 3% do PIB (aproximadamente R$ 70 bilhões) por ano com corrupção (isto sem contar os gastos corporativos e de gabinete astronômicos operados pelo governo) não pode falar de falta de investimento em desenvolvimento social e relegar ao setor privado a tarefa de cuidar dos interesses da comunidade.

O que de fato irá acontecer com Belo Monte é uma ocupação desordenada atraída para região pela suposta oportunidade de trabalho, trazendo consigo não o desenvolvimento, mas ampliação dos problemas sociais, assim como acontece a todo pólo econômico sem planejamento urbano no Brasil.

Outra questão que se coloca é o obscuro processo de licenciamento da obra. As pressões do Governo Federal para concessão da instalação da hidrelétrica se qualificam, no mínimo, como ilegais.

Como garantia de que o processo de licenciamento de uma empreitada dessa magnitude respeite os interesses nacionais, vários dispositivos foram inscritos na Constituição, como consulta aos órgãos técnicos federais, agências reguladoras e ministério público. Na pauta do projeto levado a cabo pelo Governo Federal, nenhum desses critérios foi levado em consideração. Pouco se foi debatido sobre as conseqüências e as possíveis alternativas ao projeto.

Para quem não sabe, as agências reguladoras, previstas pela Constituição Federal, são órgãos da Administração Indireta criados com o propósito de regular e fiscalizar as próprias atividades do governo de modo a coibir decisões arbitrárias do Estado.

O IBAMA, órgão regulador responsável pelas questões afetas a conservação ambiental no Brasil e também responsável pela concessão do licenciamento para desmatamento e exploração dos recursos naturais que causem impacto ao meio ambiente, declarou há muito, a inviabilidade da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu.

A discussão que já havia sido ultrapassada pelos governos anteriores veio a tona novamente nos últimos mandatos do governo federal em um evidente desrespeito as normas regulamentares já definidas pela legislação. Desrespeito esse que levou dois diretores do IBAMA (Abelardo Bayama Azevedo e seu antecessor, Roberto Messias) e a própria ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva a renunciarem aos seus cargos.

As sucessivas pressões levaram a rápida condução de um novo diretor do órgão, Américo Ribeiro Tunes, que as pressas liberou a “licença parcial” para início das obras. Vale ressaltar que não existe licença parcial para esse tipo de empreitada, haja vista as conseqüências irreversíveis de uma obra desse tipo, sendo que o Ministério Publico já se manifestou contra a concessão da licença.

Outro ponto que se coloca na arena da polêmica é em relação a qualidade da energia de fonte hidrelétrica. Ao contrário de toda publicidade a favor a energia de fonte hidrelétrica, ela não é de fato limpa e barata e tampouco renovável. No entanto é a mais lucrativa.

A produção de energia elétrica no Brasil, mesmo com os recordes de consumo, funciona com a capacidade dobrada de produção, ou seja, se consome apenas metade da energia que o país é capaz de produzir.

Desde a presidência de Fernando Henrique viemos pagando a conta do aumento do kilowatt, por conta dos apagões que se sucederam à época do seu governo, conseqüência de uma época de secas no país. A promessa era de o aumento no custo da energia cessar após a crise energética. Duas novas hidrelétrica foram construídas até então e ainda estamos pagando essa conta... e quem se beneficiou com isso?... O cidadão consumidor é que não é. A energia elétrica é cara e nem todo cidadão é capaz de pagar. A população mais carente se beneficia dela na clandestinidade.

As alternativas a energia de fonte hidrelétrica são tão diversas quanto a configuração física do território nacional. O Brasil é um país com amplo potencial eólico e solar, além de produzir largamente combustíveis de fonte orgânica. A exploração de fontes de energia alternativas não só trariam benefícios ambientais como econômicos e sociais, muito mais amplos do que a produção de energia derivada de potenciais hídricos.

No momento em que a bandeira global é a proteção ao meio ambiente, os impactos naturais de uma obra desse porte, com o alagamento das regiões ribeirinhas trazendo conseqüências sobre a fauna e flora regional somado a amplitude do desmatamento a ser realizado, abrirá um precedente que será difícil de contornar no futuro. O que em um momento próximo poderá colocar a política nacional em julgamento frente a comunidade internacional.

As projeções dos órgão técnicos nacionais sobre as conseqüências dos sucessivos desmatamentos da floresta Amazônica apontam para uma crise pluviométrica, já que sua biosfera é o regulador do volume de umidade na região, evidentemente tendo impactos no volume hídrico de seus rios, que é enfim o que move as hidrelétricas. Um verdadeiro contrasenso.

É prática reincidente do governo ignorar as conseqüências dos impactos ambientais na concessão de construção em certas áreas de risco. Estão aí os desastres naturais que se repetem ano a ano pelo país, cada vez mais graves, para comprovar a inabilidade do estado em lidar com as questões ambientais.
Com relação a questão territorial, segundo a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vivem na bacia do Xingu 28 etnias indígenas ocupando 20 milhões de hectares que compartilham seu espaço 440 espécies diferentes de aves, 259 de mamíferos e 387 de peixes. A realização da obra irá provocar o deslocamento de ao menos 20 mil pessoas de suas moradias (população maior que a de 73% dos municípios brasileiros segundo o censo de 2000) e outras mais 100 mil pessoas poderão migrar para a região, equivalendo a população de Altamira, a maior cidade da região. Só o volume de terra a ser retirada para escavação dos canais representa 210 milhões de metros cúbicos, isto é, pouco menos que o volume retirado para a construção do Canal do Panamá.
Falamos em comunidades tradicionais, povo indígena, "povo do mato", mas talvez não lembramos que são também cidadãos brasileiros que, assim como nós, lutaram para que seus direitos fossem resguardados após séculos de lutas contra os poderes instituídos. Direitos esses conquistados frente ao desrespeito a diversidade cultural, étnica e de gênero. Direitos e garantias esses já consolidados pela constituição brasileira. Dentre todos os povos indígenas do mundo, os do território brasileiro foram os que mais conseguiram conservar suas tradições e afirmar seus direitos.
"Art. 231. da CF: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

A população indígena do Xingu há muito já se posicionou contra o projeto de Belo Monte. E já avisaram, nem que eles tenham de recorrer a violência.
Pela ironia da denominação dos atores, não posso deixar de destacar que isso me faz remeter aquele outro Belo Monte, o de Canudos do Antonio Conselheiro, que inssurrecionou-se contra o Estado por levar em conta mais os interesses fundiários do que os do povo sertanejo. Talvez seja aqui oportuno parafrasear Euclides da Cunha: Será que estamos mesmo "condenados" a civilização?
Mesmo desconsiderando os direitos sociais conquistados e garantidos na Constituição das minorias tradicionais, mesmo desconsiderando os impactos ambientais decorrentes de um projeto que mais beneficia aos interesses privados do que aos sociais, o que esperarmos de um governo que não respeita suas próprias regras? Que direitos sociais queremos ver garantidos no vácuo da ilegalidade do Estado? O que esperarmos de um governo que já inaugura na arbitrariedade?
Fazendo ouvidos moucos aos segmentos sociais que mais sofrerão com os impactos decorrentes da instalação da usina, coloca-se em cheque o princípio basilar da toda democracia, o da soberania do povo. No momento em que exaltamos a importância dos Direitos Humanos, que nada são mais do que a garantia dos direitos sociais, nos perguntamos: Direitos pra quem?
Independente de ser um projeto que contribua ou não para a aceleração do crescimento do país, um novo modo mais sombrio de se fazer governo desponta no horizonte...

**** Estudante de Psicologia da UERJ e bolsista do PROEALC.***

Espaço Aberto III

Os direitos humanos e o governo Dilma Rousseff

Daniel de Sá

Fernanda de Souza

Este ano de 2011 marca a chegada pela primeira vez de uma mulher à presidência da República. No que diz respeito aos direitos humanos, quais são os principais desafios que a presidenta Dilma Rousseff e a nova ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Maria do Rosário Nunes, têm pela frente?

Uma das pendências fundamentais do Estado brasileiro na temática é a dificuldade que encontra em cumprir com suas obrigações em relação às vítimas da repressão no período do regime militar (1964-1985) e à sociedade como um todo. Esses deveres - assumidos pelo país através de tratados internacionais que dispõe sobre os direitos humanos - incluem a oferta de reparações; revelar a verdade para as vítimas e a sociedade; investigar, processar e punir os violadores de direitos humanos; e afastá-los de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade.

Destes quatro compromissos, apenas a oferta de reparações vem sendo levada a cabo no Brasil; o que denota a precariedade do nosso processo de acerto de contas. Quanto à possibilidade de julgar e punir os responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o regime autoritário, a interpretação consagrada da Lei de Anistia é a de que, em nome da conciliação nacional, beneficiaria torturadores e vítimas, anistiando "crimes políticos e conexos". Isto ocorre por conta do entendimento equivocado a respeito do que seriam "crimes conexos", que são aqueles que se encadeiam em suas causas. Não é possível falar de conexidade entre os fatos praticados pelo delinqüente e as ações de sua vítima. A anistia destina-se a perdoar as vítimas e não quem delinquiu em nome do Estado.

Nesse sentido, o Estado brasileiro foi condenado no final de 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que na decisão aponta a necessidade do país promover medidas de promoção da verdade e da justiça em relação às violações aos direitos humanos cometidas por agentes públicos durante a ditadura militar. De acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil, nem a já mencionada Lei de Anistia nem a decisão conservadora do Supremo Tribunal Federal, cujo fundamento foi caracterizar crimes de lesa-humanidade como a tortura como "crimes conexos", colocando no mesmo plano ético-moral o terrorismo de Estado e quem resistiu a ele podem servir de justificativa para não acatar a decisão da Corte.

Toda a questão é um grande desafio, pois diferentemente do ocorreu em outros países latino-americanos que atravessaram períodos de ditadura e de terrorismo de Estado, o Brasil se mostrou incapaz de conter uma das formas mais atrozes de abuso – a tortura -e que parece ser utilizada sem maiores constrangimentos como método de investigação policial.

A ministra Maria do Rosário já se manifestou, em seu discurso de posse e em outras ocasiões, que as prioridades de seu trabalho à frente da SEDH incluem a erradicação da pobreza e do trabalho escravo, a instalação da Comissão da Verdade para o esclarecimento de fatos como mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura, e a defesa do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Destacou também que sua visão para a garantia dos direitos humanos a todos os brasileiros é a parceria entre governo, sociedade e movimentos sociais. Outras bandeiras importantes são o combate à homofobia, os direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos, e das crianças e adolescentes. Este último segmento está bastante associado à biografia da ministra, que quando exercia o cargo de deputada federal destacou-se por sua atuação em favor de seus direitos.

Como destino de sua primeira viagem internacional como presidenta, Dilma Rousseff escolheu a Argentina, o que pode parecer previsível diante da importância das parcerias econômicas entre os dois países. Entretanto, isso não esgota o significado do encontro de Dilma Rousseff com sua colega Cristina Fernández de Kirchner. Esta destacou-se como uma das principais defensoras da anulação da *Ley de Punto Final* e da *Ley de Obediencia Debida*, o que abriu caminho para que agentes da repressão da ditadura militar argentina (1976-1983) fossem julgados e punidos, e seu governo teve grande destaque com a introdução de políticas de identidades – que visam a restabelecer a verdade sobre os bebês roubados de seus pais verdadeiros, vítimas da repressão, e apropriados por outras famílias -, de direitos humanos e de quebra de monopólio das telecomunicações. Rousseff encontrou-se com os grupos *Madres de la Plaza de Mayo* e *Abuelas de La Plaza de Mayo,* representando o início da intenção de aprofundar em sua gestão a defesa dos direitos humanos.

Por todos esses fatores, e sua biografia de opositora do regime militar, tendo inclusive sofrido torturas nos porões da ditadura, há grandes expectativas em relação às políticas de direitos humanos do governo da presidenta Dilma Rousseff. O processo da Argentina, com as políticas de direito à verdade; esclarecimento, julgamento e punição dos responsáveis pelo saldo macabro de 30 mil desaparecidos. O Brasil, que tão pouco fez nesse sentido, pode encontrar o exemplo bem do outro lado de nossas fronteiras, perto demais para podermos ignorá-lo. Nossa democracia ganha se for capaz de dar mais passos rumo ao encontro dos repressores com a justiça, das vítimas do arbítrio e de toda a sociedade com a reparação, e do país com seu passado, para que possa caminhar para o futuro com a segurança de que o que passou não se repetir

Espaço Aberto IV

Atenção para o sangue sobre o Chão: o conflito do Alemão e os autos de resistência.

Por Simone Ramos de Queiroz Silva

Transcorrido exatos quatro meses após a "ocupação" policial da comunidade do Complexo do Alemão, situada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro,nos parece impossível não lembrar de tal episódio da história recente carioca sem ao menos nos perguntarmos sobre o número de mortos durante o conflito com a policia.
Ao fazermos o resgate histórico é interessante notarmos que no ano de 2007, a comunidade do Complexo do Alemão passara por episódio semelhante, segundo Relatório Força Letal da Humam Rights Watch,1 80% dos óbitos ocorridos durante a operação policial orquestrada no mês de maio de 2007 foram registrados como autos de resistência, só no primeiro dia de confronto, 19 óbitos – dados como autos de resistência pelos policiais. Ainda segundo o relatório, o Complexo do Alemão seria a área onde há maior incidência de autos de resistência.
Durante os meses de Novembro- Dezembro de 2010 a comunidade do Complexo do Alemão voltara a ser alvo de uma mega operação policial. Segundo dados da Organização não Governamental Justiça Global2 estima-se centenas de mortos durante o confronto, porém os números oficiais divulgados pela PM do Rio de Janeiro dizem que apenas 25 foram mortos e todos possuíam alguma ligação com o trafico de drogas local e resistiram a voz de prisão. Entretanto, relatos de moradores indicam que ocorreram execuções sumárias. Um verdadeiro genocídio legitimado pelos grandes conglomerados midiáticos, e pelo Estado carioca que utilizou de seu arsenal militar para decretar "Guerra as Classes Perigosas".
A reação policial foi de potência inédita. Foram mobilizadas todas as polícias, oficiais de outros estados, todo o efetivo em férias e reforços da Marinha, Exército e Aeronáutica. Os blindados, emprestados pela Marinha, eram de forte poderio bélico. Um deles, o M-113, é usado pelos Estados Unidos no Iraque. Cerca de 60% dos oficiais em operação estiveram com a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.
Casas invadidas, animais mortos, direitos violados, abusos sofridos, coerção de todas as maneiras imagináveis. A barbárie legitimada contra os pobres, negros, com pouca escolaridade – ou seja, os privilegiados no desemprego e no direito a não-cidade. A diferença crucial entre o ocorrido em 2007 para o ocorrido em 2010, está no que Marilena Chauí denominou como redução da realidade a condição de espetáculo (CHAUÍ,2006,p 14), a mídia carioca criou a figura do policial militar e das forças militares como salvadoras da ordem, a transmissão em tempo integral do conflito tornou um espetáculo cênico (banal) as mortes que ali sucederam, já que foram tidas ideologicamente, como necessárias para que a cidade fosse resguardada e para que a "paz" voltasse já que a mesma encontrava-se em meio ao caos.
Nos dizeres de Luigi Ferrajoli, um Estado que mata, que tortura, que humilha um cidadão não só perde qualquer legitimidade, como também contradiz sua razão de ser, pondo-se no mesmo nível da barbárie. Contudo, percebe-se que é cada vez mais corrente o uso da força policial pelo Estado brasileiro. A chamada pacificação operada pela UPP's se coloca como um instrumento de coerção e controle das camadas subalternas, para que estes não ameacem o projeto de reordenação urbana vivenciada na capital fluminense por conta fundamentalmente dos eventos esportivos internacionais do próximos anos.3

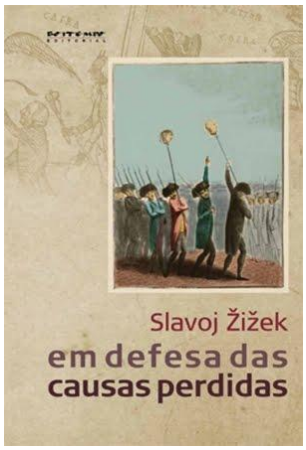
Hoje a cidade do Rio de Janeiro, dita maravilhosa, presencia um estado de exceção para aqueles que vivem nas áreas consideradas como uma ameaça ao projeto Olímpico especulativo. As UPPs, assim como as barreiras acústicas, as remoções e os muros de favelas são parte de um projeto de cidade que legitimará um apartheid social, uma cidade para poucos. A cidade da exclusão – uma contradição em termos, mas que o capital é capaz de equacionar. Sabe-se que os problemas cada vez mais serão resolvidos com o uso da força letal. Força esta que é legitimação pela por opinião publica forjada por uma mídia privada casada com um projeto genocida.

1 Relatório Força Letal página 26
2 http://global.org.br/programas/manifestacao-publica-de-organizacoes-de-dh-sobre-alemao-e-vila-cruzeiro/
3 Aqui nos referimos aos eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 ambos serão sediadas na Cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, M. Simulacro e poder - Uma análise da mídia. São Paulo:Perseu Abramo,2006.
MENEGAT, M. O olho da barbárie. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
Relatório Força Letal: Violencia Policial e Segurança Publica no Rio de Janeiro e São Paulo, Dezembro, 2009.

Livros/Lançamentos



Em defesa das causas perdidas, por Slavoj Zizek. Boitempo, 2011

Resumo: Um dos grandes filósofos políticos do nosso tempo, Slavoj Žižek investiga nesta obra o cerne das chamadas "políticas totalitárias" do passado. A fim de examinar os dilemas do momento presente e propor alternativas, coloca-se como observador da história para, calcado nas bases teóricas críticas da psicanálise e do marxismo, resgatar o que ainda podemos aprender com as chamadas "Causas perdidas". Momentos de mudança radical ocorridos a partir de grandes causas são férteis, candentes de idealismo e capazes de abrir e iluminar caminhos, ainda que seus meios provem-se equivocados.

O livro consolida uma perspectiva de filosofia política que ganha ares de proposição específica: a defesa das causas perdidas e o encontro das visões filosóficas não liberais existenciais e marxistas. Para além de Lacan e Marx, Žižek alinha Heidegger e Foucault em sua empreitada política. Ao discorrer sobre as formas de luta pela emancipação universal e a iminente crise ecológica global, reivindica a possibilidade de reinvenção do terror revolucionário e da ditadura do proletariado.

A proposta de ruptura teórica com o bem-estabelecido tem em vista que o capitalismo só pode vicejar em condições de estabilidade social básica. Esse pano de fundo ideológico precisa ser gerido por um forte aparelho cultural e educacional que mantém a confiança simbólica intacta, produzindo indivíduos que não só aceitam a própria responsabilidade por seu destino, como também confiam na "justiça" básica do sistema.



Estado, Classe e Movimento Social, por Carlos Montaño e Maria Lúcia Duriguetto, Cortez, 2011.

Resumo: Os conceitos de Estado, classe e movimentos sociais estão entre os mais controversos no campo do pensamento social. Os autores deste livro deixam claro o ponto de vista teórico que adotam no tratamento destes conceitos: o marxismo. Mas não deixam de apresentar e comentar também outros pontos de vista, enriquecendo assim o tratamento dos abordados. O resultado final é uma excelente introdução a estes conceitos fundamentais, que sabe combinar uma linguagem acessível com profundidade teórica. *Carlos Nelson Coutinho*

Agenda Acadêmica

•O XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE FoMERCO,

Realização: dias 14, 15 e 16 de setembro de 2011.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus Maracanã.
O Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) é uma rede acadêmica de Universidades Sul-americanas que se reúne anualmente para discutir e analisar as implicações, as trajetórias, os problemas e os avanços relativos ao processo de integração do Mercosul.
O FoMerco é uma associação civil, sem fins lucrativos, aberta à adesão e participação das instituições de ensino superior (IES) ou órgãos acadêmicos que se dediquem plena ou parcialmente a atividades relacionadas com o Mercosul e/ou a integração latino-americana.
É finalidade do Fórum promover o intercâmbio entre IES e instituições de pesquisas, através de atividades de cooperação que contribuam para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços referidos ao Mercosul.

Prazos

Até 30 de junho

Envio dos resumos
Inscrição nos valores de **R$100,00** (profissionais), **R$60,00**(de estudantes de pós-graduação) e **R$30,00** (estudantes de graduação)

Até 30 de agosto
Envio dos trabalhos finais
Inscrição no valor de **R$150,00** (profissionais), **R$90,00**(estudantes de pós-graduação) e **R$45,00** (estudantes de graduação)

Grupos de Trabalho

Eixo 01. Territórios, Fronteira e Infraestrutura de Integração
GT 06 - Segurança, defesa e fronteiras no Mercosul

GT 11 - As migrações internacionais e a América do Sul

GT 14 - A integração física na América do Sul e infraestrutura

Eixo 02. Matrizes de Sustentabilidade no Desenvolvimento Regional
GT 21 - La observación del medio ambiente en América del Sur

Eixo 03. Integração e Cooperação Econômica Regional
GT 16 - Integração econômica, cooperação e desenvolvimento regional

GT 26 - A Amazônia e a cooperação regional

Eixo 04. Regionalismos e Relações entre Blocos

GT 02 - Estado, Mercosul e Unasul

GT 09 - Mercosul: relações políticas com os países andinos

GT 10 - El Mercosur y el nuevo regionalismo sudamericano

GT 18 - O Mercosul e a União Europeia

Eixo 05. Desafios Teóricos para a Integração Regional

GT 07 - Dinâmicas do capitalismo contemporâneo nas relações sul-sul

GT 08 - Novos paradigmas políticos para a integração regional

Eixo 06. Estado e Atores Institucionais de Integração Regional

GT 05 - Estados, municípios, províncias e departamentos no Mercosul: o papel dos governos subnacionais e a paradiplomacia

GT 17 - A institucionalização do Mercosul

Eixo 07. A Questão Agrária e os Movimentos Sociais na América do Sul

GT 27 - A questão agrária e a integração latino-americana

Eixo 08. Desenvolvimento, Inovação e Produção do Conhecimento

GT 12 - Universidade e políticas de C&T na América Latina

GT 19 - Sistemas de Produção e Inovação

Eixo 09. Comunicação, Informação e Poder na América do Sul

GT 03 - Elites e opinião pública na América do Sul

GT 20 - Mídia, democracia e poder

GT 28 - Impactos das novas tecnologias de comunicação e informação no processo de integração

Eixo 10. Identidades e Direitos na América do Sul

GT 01 - Direitos humanos e violência na América do Sul

GT 04 - Pensamento político e social da América do Sul

GT 13 - Identidades sul-americanas cultura(s) jurídica(s) e direito(s) na América do Sul

Eixo 11. Novas Configurações do Trabalho na América do Sul

GT 15 - O mundo trabalho e a integração no Mercosul

Eixo 12. Políticas Sociais para a Integração Regional

GT 22 - Políticas sociais, democracia e suas tendências no Mercosul e América Latina

Eixo 13. O Mercosul Educacional

GT 23 - Estado e políticas de educação no Mercosul: análises e pespectivas

GT 25 - As Universidades, o Fomerco e o Mercosul

Eixo 14. Espaço, Arte e Cultura na América Latina

GT 24 - A dimensão da Cultura numa perspectiva latinoamericana: identidade, patrimônio, indústria e gestão cultural.

- **V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Realização: 23 a 26 de agosto de 2011
Tema: Estado, desenvolvimento e crise do capital
Local: São Luís – Maranhão, no Campus Universitário do Bacanga

Envio de trabalhos até 28 de março

EIXOS TEMÁTICOS

Nesta V JOINPP, aos principais eixos temáticos adotados na Jornada anterior, outros foram acrescidos ou modificados como referência para a organização dos debates e apresentação de trabalhos nas modalidades Comunicação Oral e Mesa Temática Coordenada e como estratégia para a organização de fóruns e intercâmbio de pesquisadores. São eles:

1. Mundialização, Blocos Econômicos, Estados Nacionais e Políticas Públicas
2. Transformações no Mundo do Trabalho
3. Estado, Lutas Sociais e Políticas Públicas.
4. Desigualdades Sociais e Pobreza
5. Estado, Cultura e Identidade.
6. Questões de gênero, etnia e geração
7. Poder, Violência e Políticas Públicas
8. Desafios e Dimensões Contemporâneas do Desenvolvimento Regional
9. Questão Agrícola e Agrária, Segurança Alimentar e Políticas Públicas
10. Questão Urbana e Gestão das Cidades
11. Questão Ambiental, Desenvolvimento e Políticas Públicas
12. Políticas Públicas para os Territórios, Povos e Comunidades Tradicionais
13. Impasses e Desafios das Políticas de Educação
14. Impasses e Desafios das Políticas da Seguridade Social

- **O XIV Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), com o título Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias, será realizado, no Rio de Janeiro, no período 23 a 27 de maio de 2011.**

O tema geral do XIV ENAnpur indica o compromisso dos programas de pós-graduação filiados à associação com a produção e a difusão de estudos interdisciplinares que apóiem a compreensão das relações sociedade – espaço e, em conseqüência, dos desafios enfrentados pelo planejamento territorial no contexto da globalização da economia.

Eixos temáticos:

1. *Estado, planejamento e justiça territorial*
2. *Modelos, utopias e direitos sociais*
3. *Passado e presente: identidade, cultura e espaço*
4. *Novas escalas do poder: economia política e território*

Cronograma

06/01/2011 (5ª feira) Data limite para o encaminhamento online através do site dos trabalhos completos e dos pôsteres para as Sessões Temáticas.

30/01/2011 (Domingo) Data limite para o encaminhamento online através do site das propostas para as Sessões Livres.

11/02/2011 (6ª feira) Divulgação no site da Sisgeenco dos trabalhos e dos pôsteres selecionados para apresentação nas Sessões Temáticas e das Sessões Livres aprovadas.

15/03/2011 (6ª feira) Data limite para inscrição e pagamento dos autores com trabalhos e posters aprovados nas Sessões Temáticas e dos participantes das Sessões Livres para assegurar a inclusão de seus trabalhos nos Anais do Evento.

Maiores informações no site: http://xivenanpur.com.br/xiv-enanpur/calendario-atividades/

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profª Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Felipe Jasbick Tonack (PROEALC/CCS/UERJ)
Maria Clara Arruda (PROEALC/CCS/UERJ)
Simone Ramos (PROEALC/CCS/UERJ)
Daniel Gomes de Sá (PROEALC/CCS/UERJ)
Fernanda Fautino de Souza (PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Oliveira (Rede Estadual de Educação/RJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Assessoria de Informática
Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.